



**PREFEITURA MUNICIPAL DE TABIRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 0004/2024.
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 0026/2024.
LEI 14.133/2021**

1 - PREÂMBULO:

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TABIRA, ESTADO DE PERNAMBUCO, para conhecimento dos interessados, que está contratando por DISPENSA DE LICITAÇÃO, de acordo com a Lei Federal n.º 14.133 de 1º de abril de 2021, em seu **ART. 75, INCISO II**, em consonância com o parecer exarado pela Assessoria Jurídica desta Prefeitura e demais normas legais pertinentes pelas condições deste edital e pelas demais normas legais aplicáveis à espécie.

Acolhimento de Propostas e Documentação no período de 24/04/2024 a 29/04/2024 até as 09h00minhs através do e-mail: licitacao@tabira.pe.gov.br, ou na sede da CPL situada a Rua Albertina Xavier Pires, n° 239, Centro, Tabira/PE.

01 - DO OBJETO

1.1. DISPENSA DE LICITAÇÃO, QUE TEM POR OBJETO:

AQUISIÇÃO DE MOVEIS E MOBILIÁRIO PARA EQUIPAR O HOSPITAL MUNICIPAL DE TABIRA/PE, conforme projeto básico anexo a este edital.

1.2. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Os serviços e contratações das entidades públicas seguem obrigatoriamente um regime regulamentado por Lei.

O fundamento principal que reza por esta iniciativa é o artigo. 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988, no qual determina que as obras, os serviços, compras e alienações devem ocorrer por meio de licitações.

A licitação foi o meio encontrado pela Administração Pública, para tornar isonômica a participação de interessados em procedimentos que visam suprir as necessidades dos órgãos públicos acerca dos serviços disponibilizados por pessoas físicas e/ou pessoas jurídicas nos campos mercadológicos distritais, municipais, estaduais e nacionais, e ainda procurar conseguir a proposta mais vantajosa às contratações.

Para melhor entendimento, vejamos o que dispõe o inciso XXI do Artigo 37 da CF/1988:

(...)

"XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômicas indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações."

Para regulamentar o exercício dessa atividade foi então criada a Lei Federal n.º 14.133 de 1º de abril de 2021, mais conhecida como Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

O objetivo da licitação é contratar a proposta mais vantajosa, primando pelos princípios da legalidade, impessoalidade, igualdade, moralidade e publicidade. Licitar é regra.

Entretanto, há aquisições e contratações que possuem caracterizações específicas tornando impossíveis e/ou inviáveis as licitações nos trâmites usuais, frustrando a realização adequada das funções estatais.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE TABIRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Na ocorrência de licitações impossíveis e/ou inviáveis, a lei previu exceções à regra, as Dispensas de Licitações e a Inexigibilidade de Licitação. Trata-se de certame realizado sob a obediência ao estabelecido no art. 75, inciso II da Lei n. 14.133/21, onde se verifica ocasião em que é cabível a dispensa de licitação:

Art. 75. É dispensável a licitação:

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 59.906,02 (Cinquenta e Nove Mil, Novecentos e Seis Reais e Dois Centavos), no caso de outros serviços e compras;

No caso em questão verifica-se a Dispensa de Licitação com base jurídica no inciso II do art. 75 da Lei n° 14.133/21 e alterações posteriores.

1.3 DA HABILITAÇÃO

Nos procedimentos administrativos para contratação, a Administração tem o dever de verificar os requisitos de habilitação estabelecidos no art. 62 e 65 da Lei 14.133/2021.

Para habilitação, deve ser apresentada a seguinte documentação:

DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) **Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor**, juntamente com todas as eventuais alterações, ou se for o caso, a alteração social consolidada devidamente registrada, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

b) Documentos dos sócios ou proprietário;

DOCUMENTOS RELATIVO A REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ/MF)

b) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

c) Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante;

d) Certidão Negativa de Débitos Estaduais;

e) Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, através do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), fornecido pela Caixa, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida gratuita e eletronicamente, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, em atendimento à Lei Federal n° 12.440/11;

g) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, relativo à sede ou ao domicílio da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

DOCUMENTOS RELATIVO A QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA:

a) As empresas que sejam do Estado de Pernambuco além de apresentar a certidão negativa de processos cíveis físicos, devem emitir a certidão negativa de processos cíveis (PJe) **PARA PESSOA JURÍDICA, PARA LICITAÇÃO (PROCESSOS EM 1° E 2° GRAU)** no site: (<https://www.tjpe.jus.br/certidaopje/xhtml/main.xhtml>);



**PREFEITURA MUNICIPAL DE TABIRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

DOCUMENTOS RELATIVO A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E DECLARAÇÕES:

a) O licitante deverá apresentar comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente com o objeto da licitação, mediante atestado (s) emitidos (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, para com os serviços especializados na elaboração de projetos bases de transporte escolar;

b) Não serão admitidos atestados emitidos pelo próprio licitante em seu nome.

c) Declaração de comprovação do cumprimento do disposto no inciso V do artigo 27, da Lei nº 8.666/93, de acordo com modelo estabelecido no Anexo V do Edital.

(DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR DE IDADE)

d) DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO.

1.4 Do Preço: O critério do menor preço deve presidir a escolha do adjudicatário direto como regra geral, e o meio de aferi-los está em juntar aos autos do respectivo processo pelo menos 03 (três) propostas.

No caso em questão verificamos, como já foi dito, trata-se de situação pertinente a Dispensa de Licitação.

De acordo com as diretrizes do Tribunal de Contas da União, como pode ser visto acima, a orientação é que no caso de dispensa e inexigibilidade seja obedecida à coleta de preços, que por analogia deve obedecer ao procedimento da modalidade convite que exige no mínimo três licitantes.

De acordo com a Lei 14.133/2021, após a cotação, verificado o menor preço, adjudica-se o serviço àquele que possuir o menor preço, a habilitação jurídica, qualificação técnica, e regularidade fiscal;

Em relação ao preço ainda, verifica-se que os mesmos estão compatíveis com a realidade do mercado em se tratando de produto ou serviço similar, podendo a Administração adquiri-lo sem qualquer afronta à lei de regência do certame licitatório.

1.5 Da Minuta do Contrato: Visando instruir a Dispensa de Licitação do Processo Administrativo em epígrafe, definindo claramente as obrigações das partes, esta COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES junta aos autos a Minuta do Contrato.

1.6-DA JUSTIFICATIVA

Diz o art. 72 da Lei 14.133/2021 Do Processo de Contratação Direta

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;

III - parecer jurídico e pareceres técnicos se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e



**PREFEITURA MUNICIPAL DE TABIRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

qualificação mínima necessária;

VI - razão da escolha do contratado;

VII - justificativa de preço;

VIII - autorização da autoridade competente.

Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

Os atos em que se verifique a dispensa de licitações são atos que fogem ao princípio constitucional da obrigatoriedade de licitação, consagrando-se como exceções a este princípio. Assim, este tipo de ato trata-se de ato discricionário, mas que devido a sua importância e necessidade extrema de idoneidade, se submete ao crivo de devida justificativa que ateste o referido ato.

No caso em questão se verifica a análise dos incisos, do art. 72 da Lei 14.133/2021. Inobstante o fato da presente contratação estar dentro dos limites estabelecidos no art. 75, II da Lei 14.133/2021, o que justifica a contratação direta, vale tecer alguns comentários a despeito de eventual fragmentação de despesa, o que ensejaria afronta a Lei de Licitações.

Tanto a doutrina quanto a jurisprudência recomendam que nas compras deverão ser observadas as quantidades a serem adquiridas em função do consumo estimado. Portanto, deve haver um planejamento para a realização das compras, além disso, este planejamento deve observar o princípio da anualidade do orçamento. "Logo, não pode o agente público justificar o fracionamento da despesa com várias aquisições ou contratações no mesmo exercício, sob modalidade de licitação inferior àquela exigida pelo total da despesa no ano, quando isto for decorrente da falta de planejamento." - Manual TCU.

A Constituição Federal em seu artigo 37, inciso XXI estabelece o dever de licitar de forma a assegurar a igualdade de condições a todos os concorrentes, em obediência aos princípios da impessoalidade, da isonomia, da publicidade, da moralidade e da legalidade.

Nesse mesmo sentido, a Lei n.º 14.133/21, reforça a observância desses princípios e ainda estabelece que a licitação corresponda a procedimento administrativo voltado à seleção mais vantajosa para a contratação desejada pela Administração Pública e necessária ao atendimento do interesse público.

Sobre a contratação indevida sem a observância do procedimento licitatório, fracionando as despesas, Jorge Ulysses Jacoby Fernandes, traz em sua obra Contratação Direta sem Licitação, páginas 154/159, 5ª edição, Editora Brasília Jurídica, posicionamento do Tribunal de Contas da União, de que: "O parcelamento de despesa, quer com o objetivo de evitar modalidade mais ampla de licitação, quer com o de possibilitar-lhe a dispensa, constitui infração legal" (...) e também o TCU firmou entendimento de que "as compras devem ser estimadas para todo o exercício e há de ser preservada a modalidade correta para o objeto total, que agruparia todos os itens".

Essa orientação foi consagrada também em publicação oficial do TCU intitulada Licitações e Contratos - Orientações Básicas, Brasília:

"É vedado o fracionamento de despesa para adoção de dispensa de licitação ou modalidade de licitação menos rigorosa que a determinada para a totalidade do valor do objeto a ser licitado. Lembre-se fracionamento refere-se à despesa."



**PREFEITURA MUNICIPAL DE TABIRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

"Atente para o fato de que, atingindo o limite legalmente fixado para dispensa de licitação, as demais contratações para serviços da mesma natureza deverão observar a obrigatoriedade da realização de certame licitatório, evitando a ocorrência de fracionamento de despesa." Acórdão 73/2003 - Segunda Câmara.

"Realize, nas compras a ser efetuado, prévio planejamento para todo o exercício, licitando em conjunto materiais de uma mesma espécie, cujos potenciais fornecedores sejam os mesmos, de forma a racionalizá-las e evitar a fuga da modalidade licitatória prevista no regulamento próprio por fragmentação de despesas" Acórdão 407/2008 - Primeira Câmara.

Logo, Justificamos esta Dispensa de Licitação considerando a importância de tal aquisição dos produtos ora licitados para atender as necessidades equipar o hospital municipal de Tabira/PE, para atender melhor os munícipes que precisam de atendimento daquela unidade hospitalar.

Portanto, a aquisição dos produtos licitados tem a finalidade de contribuir com o atendimento da demanda os usuários que necessita dos atendimentos oferecidos por esta unidade hospitalar.

- O prazo de validade da proposta é aquele apresentado em sua proposta, ou, em não constando a validade nesta, 60 dias.

- O prazo para fornecimento do Objeto do presente Edital será de imediato, iniciando-se este prazo juntamente com a assinatura do contrato.

02 - DA DOTAÇÃO E DOS PAGAMENTOS

- *As despesas decorrentes da execução do objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2024, conforme segue:*

Órgão Orçamentário: SECRETARIA DE SAÚDE

Secretaria de Saúde

Fundo Municipal de Saúde

1030230032.124 - Manutenção as Atividades da MAC - Teto Media e Alta

Complexidade

Elemento de Despesa: 44905200 Equipamentos e Material Permanente

Fonte 621

Elemento de Despesa: 44905200 Equipamentos e Material Permanente

Fonte 706.3110

O pagamento será efetuado em até 30 (TRINTA) dias após a assinatura do contrato e/ou **apresentação da Nota Fiscal, contendo a modalidade e o n°. da licitação, agência e conta corrente em nome da proponente do banco a ser depositado.**

- As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá em 30 (trinta) dias após a data de sua apresentação válida.

- O pagamento será feito por transferência bancária em até 30 dias após a entrega dos Serviços, mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pelo Fiscal de Contrato Designado para tal finalidade.

- **O prazo de vigência do contrato será contado a partir da data de sua assinatura até o dia 31 de dezembro do corrente ano.**

03 - DAS PENALIDADES ADMINISTRATIVAS.

- *Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá a Administração aplicar ao contratado as seguintes sanções:*

a) advertência;

b) multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do Contrato;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE TABIRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração.

- Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela Contratada, a esta será aplicada multa de 1% (um por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso, dobrável na reincidência.

04 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- É inteira responsabilidade da empresa contratada, a fornecimento dos produtos objeto deste Edital, sendo que o mesmo responderá por quaisquer danos que causar, inclusive perante terceiros, na execução dos Serviços.

- Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº. 14.133/21, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais de direito.

05 -DO FORO

- *Todas as controvérsias ou reclamações relativos ao presente Edital serão resolvidos mediante arbitramento, segundo estabelece as leis e o Juízo da Comarca deste Município de Tabira.*

06 - DA PUBLICAÇÃO

- A publicação desta Dispensa de Licitação será feita no Quadro de Aviso da Fundo Municipal de Saúde de Tabira de Tabira, na Sede da Secretaria de Saúde do Município de Tabira e todos os atos dos interessados ocorrerão pelo e-mail da Comissão Permanente de Licitação: licitacao@tabira.pe.gov.br

07 - CONSTITUEM ANEXOS DESTE EDITAL O SEGUINTE:

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II-MODELO DE PROPOSTA

ANEXO III- MINUTA DE CONTRATO

Tabira - PE, 23 de Abril de 2024.

Marcia Maria Albuquerque Cordeiro
Agente de Contratação

Alan Gutemberg Xavier de Lima
Secretário Municipal de Saúde

O presente edital e minuta foram analisados e aprovados pela Assessoria Jurídica da Administração Municipal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TABIRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

TERMO DE REFERÊNCIA

1 INTRODUÇÃO

Este **Termo de Referência** (TR) tem por objeto a **AQUISIÇÃO DE MOVEIS E MOBILIÁRIO PARA EQUIPAR O HOSPITAL MUNICIPAL DE TABIRA/PE.**

2. JUSTIFICATIVA

Justifica-se a Contratação de Empresa para Aquisição de moveis e mobiliário para equipar o hospital municipal de Tabira/PE, buscando a melhoria na qualidade da saúde, adequando a gestão pública á execução de suas atribuições para melhor servir aos munícipes.

Portanto, a aquisição de intes acima licitados tem a finalidade de contribuir com subsídio para auxiliar os profissionais da saude no que diz respeito a execução dos procedimentos para um bom atendimento.

3. Do FORNECIMENTO

Para a execução do Objeto, o contratado deverá realizar e disponibilizar os seguintes produtos:

- Produtos eletronicos conforme tabela no termo de referenncia em anexo.

4. ORÇAMENTO ESTIMATIVO

A despesa com a execução do objeto desta licitação está estimada em: **R\$ 20.726,60 (Vinte Mil Setecentos e Vinte e Seis Reais e Sessenta Centavos).**

No valor a ser contratado deverão estar inclusos todos os custos com mão-de-obra, encargos sociais, trabalhistas e fiscais, despesas com frentes, bem como qualquer outro custo necessário à consecução do objeto.

Item	Objeto do Serviço	UNID	QUANT.	P. UNIT.	P. TOTAL
1	Camas tipo beliche, para colchões de solteiro, com dois leitos; com material em estrutura metálica e acabamento superficial com pintura eletrostática; sistema de montagem por encaixe sem uso de parafusos, com medidas de 2,0 mts de comprimento e largura de 0.90 mts, com escada; estrado em compensado naval de pelo menos 10 mm, sem gavetas e sem baú ou criado-mudo.	Unid	5	795,00	3.975,00
2	MACA CLÍNICA, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL, TIPO OBESO, ACABAMENTO DA SUPERFÍCIE PINTURA ELETROSTÁTICA, RODAS 4 RODÍZIOS 8', SENDO 2 COM FREIO, COMPRIMENTO ATÉ1,90 M, LARGURA CERCA DE 0,80 M, ALTURA CERCA DE 0,80 M, CAPACIDADE DE CARCA ATÉ 300 KG, COMPONENTES SUPORTE SORO REMOVÍVEL, COMPONENTES 01 PÁRA CHOQUE EMBORRACHADO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CABECEIRA REGULÁVEL POR CREMALHEIRA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS 01 GRADES ESCAMOTEÁVEIS, ACESSÓRIOS LEITO FIXO C/ COLCHÃO, COURVIN	Unid	2	5.950,80	11.901,60
3	Colchão de solteiro - espuma - densidades 33 (D33) 100% poliuretano,	Unid	10	485,00	4.850,00



**PREFEITURA MUNICIPAL DE TABIRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

com selo de qualidade pró-espuma e abtfc tecido de forração matelassê 100% algodão com tratamento antiácario, antimifo e antialérgico. Dimensão: 88 x 1,88 cm. Altura: 18 cm				
VALOR TOTAL R\$				20.726,60

5. CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TABIRA DE TABIRA:

Órgão Orçamentário: SECRETARIA DE SAÚDE:

Secretaria de Saúde

Fundo Municipal de Saúde

1030230032.124 - Manutenção as Atividades da MAC - Teto Media e Alta Complexidade

Elemento de Despesa: 44905200 Equipamentos e Material Permanente

Fonte 621

Elemento de Despesa: 44905200 Equipamentos e Material Permanente

Fonte 706.3110

6. HABILITAÇÃO

A habilitação para participar neste certame será comprovada conforme critérios estabelecidos nos artigos 62 da Lei 14.133 de 1º de abril de 2021..

7. LOCAL DE EXECUÇÃO

O local para entrega dos produtos será nas dependências da contratada, da Secretaria Municipal de Saúde ou, em outro, de acordo com a necessidade.

8. PRAZOS

Os produtos deveram ter seus prazos de validades a pelo menos 04 meses iniciando-se na data de assinatura do contrato.

9. VIGÊNCIA

O prazo de vigência do contrato será até 31 de dezembro do corrente ano, contado da data da sua assinatura.

10. GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

Não será exigida garantia de execução do contrato.

11. REGIME DE EXECUÇÃO

Empreitada por preço unitario.

12. ENCARGOS DAS PARTES

As partes devem cumprir fielmente as cláusulas avençadas no contrato, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

I. A empresa deve:

a) Nomear formalmente preposto para, durante o período de vigência, representá-lo na execução do contrato;

b) Manter, durante a vigência do contrato, as condições de habilitação exigidas na licitação/contratação, devendo comunicar a Fundo Municipal de Saúde de Tabira a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE TABIRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

- c) Responder pelos danos causados diretamente a Fundo Municipal de Saúde de Tabira ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;
- d) Fornecer os produtos no prazo de 5 (cinco) dias, quando solicitado;
- e) Substituir os produtos considerados inadequados ou com avarias pela Secretaria Municipal de Saúde de Tabira/PE; e
- f) Exercer as demais atribuições compatíveis com a consecução do Objeto.

II. São expressamente vedadas à empresa:

- a) A veiculação de publicidade acerca do contrato.
- b) A subcontratação para a execução do Objeto deste contrato;
- c) A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Saúde, bem como seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, durante a vigência do contrato.

III. A Secretaria Municipal de Saúde deve:

- a) Expedir a ordem de serviço;
- b) Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela empresa para a fiel execução do contrato;
- c) Solicitar a correção dos trabalhos em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- d) Disponibilizar instalações adequadas para o desempenho das atividades;
- e) Fornecer informações e documentos relacionados com as atividades no prazo de 5 (cinco) dias úteis, quando solicitados;
- f) Exercer as demais atribuições compatíveis com a consecução do Objeto.

13. LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

Os pagamentos serão devidos após o fornecimento dos produtos. O pagamento será efetuado até o quinto dia útil do mês subsequente ao fornecimento dos produtos, após apresentação de Nota Fiscal de Serviços ao Setor Competente e devida atestação da mesma por responsável designado pelo Fundo Municipal de Saúde de Tabira.

14. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo fisco de contrato ou por representante da Fundo Municipal de Saúde de Tabira devidamente designado para esse fim, permitida a assistência de terceiros. Durante a vigência deste contrato, a empresa deve manter preposto, aceito pelo Fundo Municipal de Saúde de Tabira, para representá-lo sempre que for necessário

15. RESCISÃO CONTRATUAL

A rescisão contratual se dará nos termos dos artigos 90 § 7º da Lei nº 14.133/21.

16. SANÇÕES

A empresa será punida, assegurado o contraditório e a ampla defesa, com o impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública e exclusão do cadastro de fornecedores da Fundo Municipal de Saúde de Tabira de Tabira pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Projeto



**PREFEITURA MUNICIPAL DE TABIRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Básico e demais cominações legais, nos seguintes casos:

- a) Apresentação de documentação falsa;
- b) Retardamento da execução do objeto;
- c) Falhar na execução do contrato;
- d) Fraudar na execução do contrato;
- e) Comportamento inidôneo;
- f) Declaração falsa;
- g) Fraude fiscal.

I Para as condutas descritas nos itens "a", "d", "e", "f" e "g" será aplicada multa de no máximo 30% do valor do contrato, conforme o caso.

II Para os fins dos itens "b" e "c", será aplicada multa nas seguintes condições:

1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na entrega, até o máximo de 30% (trinta por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato no caso de inexecução parcial do contrato ou de descumprimento de obrigação contratual;
3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato no caso de inexecução total do contrato.

17. DISPOSIÇÕES GERAIS

Casos omissos serão resolvidos pelas partes contratantes, de comum acordo, com base na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Fica eleito o foro da Comarca de Tabira/PE, para dirimir eventual controvérsia decorrente do presente ajuste, o qual preferirá a qualquer outro, por mais privilegiado que possa se afigurar.

Tabira, 23 de Abril de 2024.

Marcia Maria Albuquerque Cordeiro
Agente de Contratação

Alan Gutemberg Xavier de Lima
Secretário Municipal de Saúde



PREFEITURA MUNICIPAL DE TABIRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO II	
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS	
PROCESSO ADMINISTRATIVO 0026/2024	DISPENSA DE VALOR 0004/2024

A proposta poderá ser elaborada, obedecendo ao seguinte roteiro:

- 1 - IDENTIFICAÇÃO DA INTERESSADA:
- 2 - REFERÊNCIA:
- 3 - PROCESSO ADMINISTRATIVO 0026/2024 - DISPENSA DE VALOR Nº 0004/2024
- 4 - VALIDADE DA PROPOSTA: 60 dias a contar da data de entrega ou envio da mesma.
- 5 - PREÇO:

Item	Objeto do Serviço	UNID	QUANT.	P. UNIT.	P. TOTAL
1	Camas tipo beliche, para colchões de solteiro, com dois leitos; com material em estrutura metálica e acabamento superficial com pintura eletrostática; sistema de montagem por encaixe sem uso de parafusos, com medidas de 2,0 mts de comprimento e largura de 0.90 mts, com escada; estrado em compensado naval de pelo menos 10 mm, sem gavetas e sem baú ou criado-mudo.	Unid	5	795,00	3.975,00
2	MACA CLÍNICA, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL, TIPO OBESO, ACABAMENTO DA SUPERFÍCIE PINTURA ELETROSTÁTICA, RODAS 4 RODÍZIOS 8', SENDO 2 COM FREIO, COMPRIMENTO ATÉ 1,90 M, LARGURA CERCA DE 0,80 M, ALTURA CERCA DE 0,80 M, CAPACIDADE DE CARCA ATÉ 300 KG, COMPONENTES SUPORTE SORO REMOVÍVEL, COMPONENTES 01 PÁRA CHOQUE EMBORRACHADO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CABECEIRA REGULÁVEL POR CREMALHEIRA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS 01 GRADES ESCAMOTEÁVEIS, ACESSÓRIOS LEITO FIXO C/ COLCHÃO, COURVIN	Unid	2	5.950,80	11.901,60
3	Colchão de solteiro - espuma - densidades 33 (D33) 100% poliuretano, com selo de qualidade pró-espuma e abtfc tecido de forração matelassê 100% algodão com tratamento antiácara, antimoho e antialérgico. Dimensão: 88 x 1,88 cm. Altura: 18 cm	Unid	10	485,00	4.850,00
VALOR TOTAL R\$					20.726,60

Indicar o preço global em reais, em algarismos e por extenso, pelo qual a interessada se propõe a executar o objeto deste Edital, em conformidade com as especificações da média de preços do ANEXO I, anexando a esta proposta, sob pena de desclassificação, sem prejuízo das demais exigências editalícias.

Valor total por extenso: R\$ _____ (_____).



PREFEITURA MUNICIPAL DE TABIRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

3 - Declaração de que nos Preços Unitários estão inclusos: (Bonificações/benefícios e Despesas Indiretas), bem como todos os custos, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, tributos e quaisquer outros encargos que incidam sobre eles.

....., de de 2024.

(nome, carimbo e assinatura do representante legal)



PREFEITURA MUNICIPAL DE TABIRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO III	
MINUTA DE CONTRATO _____/2024	
PROCESSO ADMINISTRATIVO 0026/2024	DISPENSA DE VALOR 0004/2024

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE MOVEIS E MOBILIÁRIO PARA EQUIPAR O HOSPITAL MUNICIPAL DE TABIRA/PE E DO OUTRO LADO _____, CONFORME PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 0026/2024 DISPENSA DE VALOR N° 0004/2024, CONFORME LEI FEDERAL 14.133/21.

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado Fundo Municipal de Saúde de Tabira - Av. Raimundo Ferreira, S/N° - Centro - Tabira - PE, CNPJ n° 10.687.065/0001-00, neste ato representado pelo Secretario de Saude o Sr. Alan Gutemberg Xavier de Lima, Brasileiro, casado, residente e domiciliada na Rua Francisco Pereira Silva, n° 34 - Centro - Tabira - PE, CPF n° 010.772.994-60, Carteira de Identidade n° 5.491.030 SSP/PE, e como **CONTRATADA**, a Empresa, regularmente inscrita no CNPJ sob o n.º, com sede na Rua,, neste ato legalmente representada pelo Sr., inscrito no CPF/MF sob o n° e no RG sob o n°, Residente e domiciliado à Rua n.º

_____, - Bairro: _____ - Cidade: _____ - UF: _____, doravante denominado **CONTRATADO**, estabelecem o presente **CONTRATO DE SERVIÇOS**, e bilateralmente aceitam, ratificam e outorgam, mediante as condições e cláusulas a seguir dispostas pelas partes, a que estão obrigadas a cumprir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO

A prestação de serviços, objeto do presente Contrato, plenamente vinculado ao Edital de Licitação e a Proposta apresentada pela Contratada quando do momento da licitação, rege-se pela Lei Federal n° 14.133 de 01 de abril de 2021, por suas cláusulas e pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se lhe, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e Disposições de Direito Privado.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

Aquisição de moveis e mobiliário para equipar o hospital municipal de Tabira/PE, conforme projeto básico anexo a este edital.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO E DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

§1º - O prazo de vigência do contrato e da execução do objeto deste acordo será até 31 de dezembro do corrente ano, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado observado o disposto no art. 75 da Lei n° 14.133/21 e demais normas legais pertinentes;

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

Como contraprestação ao fornecimento dos produtos, objeto deste acordo, o **Contratante** pagará à **Contratada** o valor de R\$ (.....) referente à execução total da obra, sendo a mesma vencedora do Processo Administrativo.

§ 1º - O pagamento dos produtos efetivamente entregues será feito de acordo com as comprovações e atestos realiados pelo fiscal do contrato pertencente ao Fundo Municipal de Saúde de Tabira/PE, obedecendo sempre aos preços unitários apresentados na proposta da Contratada.

§ 2º - O Fundo Municipal de Saúde de Tabira efetuará o pagamento das mencionadas



**PREFEITURA MUNICIPAL DE TABIRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

faturas até 30 (trinta) dias consecutivos a contar da data do Parecer da Fiscalização.

§ 3º - O pagamento do fornecimento dos produtos será efetuado pelo Fundo Municipal de Saúde de Tabira à Contratada após apresentação do original e entrega de cópia autenticada dos seguintes documentos:

I - Guia de Recolhimento da Previdência Social - GRPS, correspondente às obrigações sociais do pessoal empregado na execução da obra objeto deste Contrato, relativa ao mês de competência anterior ao do pagamento, devidamente quitada;

II - Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS; e,

III - Atesato da nota fiscal feita pelo fiscal de contrato .

§ 4º - Nos casos em que os produtos excedentes ultrapassarem o preço final contratado, os mesmos serão objeto de termo aditivo, após parecer favorável da Fiscalização, devidamente homologado pela autoridade superior.

§ 5º - Caso ocorram fornecimento de produtos nao contemplados na planilha inicial, assim entendidos aqueles não orçados na planilha original, estes deverão ser objeto de termo aditivo. Os mesmos só serão pagos pelo Contratante quando previamente justificados pelo profissional de saude habilitado, e aceita a justificativa pelo Técnico deste Fundo Municipal de Saúde de Tabira/PE, a seu exclusivo critério.

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos alocados para a realização do objeto do presente acordo serão oriundos da seguinte dotação orçamentária de 2024:

Órgão Orçamentário: SECRETARIA DE SAÚDE

Órgão: Fundo Municipal de Saúde

1030230032.124 - Manutenção as Atividades da MAC - Teto Media e Alta Complexidade

Elemento de Despesa: 44905200 Equipamentos e Material Permanente

Fonte 621

Elemento de Despesa: 44905200 Equipamentos e Material Permanente

Fonte 706.3110

CLÁUSULA SÉTIMA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO

O objeto deste contrato será recebido:

I - Por servidor indicado pelo Fundo Municipal de Saúde de Tabira para efeito de posterior verificação de conformidade do fornecimento dos produtos com as especificações exigidas no **Anexo II** deste Edital;

CLÁUSULA OITAVA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

As alterações, porventura necessárias ao fiel cumprimento deste contrato, serão efetivadas na forma e condições do art. 91 da Lei n.º 14.133/21, formalizadas previamente através de Termo Aditivo, devidamente homologado, que passará a integrar este contrato para todos os fins legais.

CLÁUSULA NONA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

9.1 O regime jurídico deste contrato confere ao **CONTRATANTE** as prerrogativas de direito público relacionadas no art. 104 da Lei n.º. 14.133/2021.

9.2 - Constituem obrigações do **CONTRATANTE**, além das previstas na lei



PREFEITURA MUNICIPAL DE TABIRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

14.133/2021, a fiel execução do contrato de acordo com as cláusulas avençadas, proporcionando todas as facilidades para que a contratada possa desempenhar seus trabalhos dentro das normas exigidas neste Termo e seus anexos, bem com o no instrumento contratual;

- a. Supervisionar o fornecimento dos produtos do objeto, promovendo o acompanhamento e a fiscalização sob os aspectos quantitativos e qualitativos;
- b. Notificar, por escrito e verbalmente, à CONTRATADA sobre a ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento dos produtos do objeto, fixando prazo para a sua correção;
- c. Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições contratuais;
- d. Prestar à CONTRATADA todas as informações solicitadas e necessárias para o cumprimento do objeto;
- e. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos em desacordo com as obrigações assumidas pela empresa na sua proposta;
- f. Colocar à disposição da CONTRATADA os elementos e informações necessárias à execução do objeto;
- g. Efetuar, quando julgar necessário, inspeção e vistoria dos fornecimento dos produtos, ou já previamente em execução, colocados à sua disposição, com a finalidade de verificar as condições em perfeita concordância com a proposta e o Presente instrumento Contratual;
- h. Efetuar o pagamento mensal devido pela perfeita fornecimento dos produtos, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato;
- i. Aplicar multas ou penalidades, quando do não cumprimento do contrato ou ações previstas neste Termo;
- j. Fazer deduzir diretamente da fonte multas e demais penalidades previstas neste instrumento;
- k. Atuar com poder de império suspendendo o fornecimento do contrato sem ônus para a administração a qualquer tempo, resguardando a CONTRATADA de seus direitos adquiridos;
- l. Rejeitar os produtos em desconformidade com o presente instrumento;

A CONTRATADA obrigar-se-á:

- a) Cumprir todas as obrigações constantes neste contrato assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto assim como responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto e, ainda:
- b) Executar o fornecimento dos produtos de acordo com as orientações da Secretaria Municipal de Saúde;
- c) Responder Civil e criminalmente pela qualidade e fornecimento dos produtos por si ou seus prepostos;
- d) Fornecer os produtos atendendo às necessidades e determinações da Secretaria Municipal de Saúde, constantes deste edital e seus anexos, utilizando pessoal devidamente qualificado;
- e) Observar toda a legislação e normas técnicas aplicáveis aos produtos;
- f) Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, outrossim por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por



**PREFEITURA MUNICIPAL DE TABIRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força de Lei, ligadas ao cumprimento do presente Edital e do Contrato que vier a ser assinado;

g) Em nenhuma hipótese veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto deste processo licitatório, sem prévia autorização da Secretaria competente;

l) Manter, durante a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

m) Prestar esclarecimentos à Secretaria Municipal de Saúde sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam independentemente de solicitação.

CLÁUSULA DÉCIMA - Constituem obrigações da **CONTRATADA**, além das constantes da Lei nº. 14.133/2021, manter, a prestação de serviços deste contrato em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e constante da sua proposta.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

§1º - Pela inexecução total ou parcial contrato, ou o atraso injustificado no cumprimento de obrigações assumidas contratualmente, a **CONTRATANTE** poderá, sem prejuízo no disposto nos artigos 96, 97, 98 e 99 da Lei no 14.133/21, e suas alterações posteriores, garantida a defesa prévia, aplicar à **CONTRATADA** as seguintes sanções:

I - Advertência;

II - Multa nos seguintes termos:

a) Multa de 10% pela recusa da **CONTRATADA** em executar o contrato, caracterizada em 10 dias após o vencimento do prazo estipulado, incidente sobre o valor do contrato;

b) Multa de 1% por dia de atraso em relação aos prazos fixados para execução das obras/serviços incidentes sobre o valor devido na data da liquidação da etapa a que se referir, até o percentual máximo de 10%;

c) Multa de 0,5% por dia de atraso pela demora da **CONTRATADA** em corrigir falhas do serviço executado, a contar do quinto dia da data da notificação da rejeição, incidente sobre o valor do bem ou do serviço;

d) Multa de 10% pela recusa da **CONTRATADA** em corrigir as falhas no serviço executado, entendendo-se como recusa o serviço não efetivado nos cinco dias que se seguirem à data da rejeição, incidente sobre o valor do serviço rejeitado;

e) Multa de 2% pelo não cumprimento de qualquer condição fixada na Lei Federal nº 14.133/21, ou no instrumento convocatório e não abrangida nos incisos anteriores, para cada evento.

f) As multas estabelecidas podem ser aplicadas isoladas ou cumulativamente com as demais sanções previstas no edital e/ou contrato, ficando o seu total limitado a 10% (dez por cento) do valor contratado, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis;

g) A Administração poderá, em situações excepcionais devidamente motivadas, efetuar a retenção cautelar do valor da multa antes da conclusão do competente procedimento administrativo;

h) O recolhimento da(s) multa(s) não eximirá a contratada da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas;

i) A contagem do período de atraso na execução dos ajustes será realizada a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação;

III - Suspensão Temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a **CONTRATANTE**, pelo prazo de até 02 (dois) anos;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE TABIRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir o CONTRATANTE, pelos prejuízos resultantes e após decorrido prazo da sanção aplicada com base no item anterior;

§2º - Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeira, ainda, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei Federal nº 14.133/21;

§3º - Na aplicação das sanções serão consideradas as seguintes circunstâncias:

I - A natureza e a gravidade da infração cometida;

II - Os danos que o cometimento da infração ocasionar aos serviços e aos usuários;

III - A vantagem auferida em virtude da infração;

IV - As circunstâncias gerais agravantes e atenuantes;

V - Os antecedentes da CONTRATADA.

§4º - Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

§1º - A inexecução total ou parcial deste contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto no artigo 104, § 4º da Lei Federal nº 14.133/21.

§2º - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo próprio, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

§3º - A rescisão deste contrato poderá ser:

I - Por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I do artigo 124 da Lei mencionada, notificando-se a CONTRATADA com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis;

II - Amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE, nos casos do artigo 124 inciso II da Lei Federal nº 14.133/21.

III- Judicial, nos termos da legislação vigente;

§4º - A rescisão unilateral ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade máxima do CONTRATANTE;

§5º - A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação do extrato no Diário Oficial do Município de Tabira.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - CONTAGEM DOS PRAZOS

Nos termos do artigo 6º da Lei Federal nº 14.133/21, na contagem dos prazos estabelecidos neste contrato excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário. Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste contrato em dia de expediente na sede do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - COMUNICAÇÕES

Todas as comunicações do CONTRATANTE à CONTRATADA, ou vice-versa, serão efetuadas por escrito e só assim produzirão seus efeitos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - PUBLICIDADE DOS ATOS

Conforme dispõe o 89, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/21, os extratos do presente



**PREFEITURA MUNICIPAL DE TABIRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

contrato e de eventuais aditivos serão publicados no Diário Eletrônico do CONTRATANTE, no prazo de até 20 (vinte) dias corridos a contar do 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - TERMO ADITIVO

Qualquer medida que implique alteração de direitos e obrigações aqui pactuados será formalizada por termo aditivo ao contrato, que passará a integrá-lo para todos os efeitos, regulando as ocorrências futuras.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - TOLERÂNCIAS

Quaisquer tolerâncias entre as partes, observando-se a razoabilidade e o interesse público, não importarão em novação de qualquer uma das cláusulas ou condições estatuídas neste contrato, as quais permanecerão íntegras.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

§ 1º - Nos termos do artigo 92, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/21, o foro competente para dirimir dúvidas ou litígios decorrentes deste contrato é a Comarca da Cidade de Tabira, Estado de Pernambuco, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e contratadas, as partes firmam o presente termo contratual, por si e seus sucessores, em 3 (três) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito.

TABIRA/PE, ___/_____/ 2024.

CONTRATANTE

**Nome da Contratada
CPF nº
CONTRATADA**

TESTEMUNHAS

NOME :	
CPF :	

NOME :	
CPF :	